



● Medicina privada ● Compromisso

Operadoras de planos de saúde fecham acordo para suspender cancelamentos

— Compromisso foi firmado em reunião na Câmara dos Deputados que envolveu Abramge e FenaSaúde; medida deve valer enquanto não se aprova nova regulamentação

Cobertura especial

Caros para quem paga, deficitários para quem opera. Nesta série, discutimos as fragilidades do sistema de planos de saúde e possíveis soluções. Leia mais em:

Aponte a câmera do celular para o código ao lado e veja as reportagens
<https://bit.ly/4e2QMNR>

FABIANA CAMBRICOLI

Os cancelamentos de contratos de convênios médicos das principais operadoras do País estão suspensos. O acordo foi firmado em encontro entre a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), principais representantes do setor, com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Também participaram representantes de Amil, Unimed e Bradesco Saúde. Como mostrou o *Estadão* na semana passada, as três companhias são alvo de investigações abertas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE-SP) por causa do alto número de beneficiários com autismo com contratos rescindidos.

“Uma boa notícia para os beneficiários dos planos de saúde: em reunião realizada agora há pouco com representantes do setor, acordamos que eles suspenderão os cancelamentos recentes relacionados a algumas doenças e transtornos”, escreveu Lira em sua conta na rede social X.

Posteriormente o deputado Duarte Jr. (PSB-MA), relator da Lei dos Planos, afirmou em vídeo gravado que a suspensão dos cancelamentos vale para

todos os beneficiários, independentemente de tratamentos em andamento ou condição de saúde, e acrescentou que até pessoas que já tiveram os cancelamentos efetivados poderiam ser beneficiadas.

Os detalhes sobre os termos do acordo, porém, ainda eram desconhecidos ontem, com participantes da reunião dando versões diferentes sobre o compromisso firmado. A FenaSaúde informou que “as associadas decidiram suspender eventuais cancelamentos de beneficiários em tratamento continuado e manter os planos coletivos por adesão vigentes”. A Abramge disse, por meio de nota assinada por seu presidente, Gustavo Ribeiro, que “serão revistos os cancelamentos dos serviços a pessoas em tratamento de doenças graves e do TEA (*Transtorno do Espectro Autis-*

Autismo e rescisões
Como mostrou o ‘Estadão’
na semana passada, há
investigações abertas
pelo Ministério Público

ta”) e ficam suspensos novos cancelamentos unilaterais de plano coletivo por adesão.

DÚVIDAS. “Os planos assumiram o compromisso de suspender o cancelamento unilateral dos contratos com todo e qualquer consumidor, seja pessoa idosa, pessoa com deficiência, pessoa que luta contra doença crônica”, disse Duarte Jr. “Inclusive esse acordo alcança aqueles planos que foram cancelados unilateralmente, sem justo motivo, nos últimos dois anos”, declarou. Mas, questionada sobre a retroatividade do acordo, a Abramge disse que “trabalha com a informação divulgada” por Lira, que mencio-

‘Acordo não é lei’, diz especialista, que cobra regras mais claras

Para Giselle Tapai, especialista em direito da saúde e sócia do Tapai Advogados, o consumidor ainda não está totalmente protegido contra os cancelamentos. Isso porque um acordo não é lei e, portanto, não teria força para obrigar operadoras a suspenderem os cancelamentos.

“Uma notícia dessa forma é muito vaga, precisamos ter mais esclarecimentos antes de tirar qualquer conclusão. Não adianta nada saber de boca que as operadoras vão parar os cancelamentos se não existir uma lei que proteja os consumidores”, afirmou a advogada. O projeto de lei 7.419 tramita há 18 anos e teve suas discussões retomadas no ano passado. Havia a expectativa de que o projeto fosse votado ainda em 2023, mas a tramitação voltou a empacar. “Agora está dependendo do presiden-

te Arthur Lira (PP-AL) para ser colocado em votação”, disse ao *‘Estadão’* Duarte Jr.

O cancelamento unilateral de planos de saúde é uma prática permitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) quando os contratos são coletivos (empresariais ou por adesão). O imbróglio está no cancelamento de planos de pacientes em tratamento, situação que vem sendo considerada ilegal pelo Judiciário e questionada por órgãos de defesa do consumidor.

Alguns parlamentares da Câmara dos Deputados vinham pressionando as operadoras de planos de saúde a explicarem os cancelamentos. No dia 15, foi realizada uma audiência pública com representantes da Unimed, órgãos de defesa do consumidor, ANS e outras entidades para discutir o cancelamento. O evento foi realizado após requerimentos dos deputados Fábio Schiochet (União-SC) e Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ). ●

suspensão dos cancelamentos é válida, portanto, enquanto esse PL estiver sendo discutido.

Questionada sobre as informações divergentes, a assessoria de Lira informou apenas que os planos de saúde vão suspender temporariamente os cancelamentos e a medida vale para “os serviços suspensos recentemente”, sem detalhar o período. Disse ainda que as partes “discutirão alternativas em que sejam preservados os interesses dos usuários e a sustentabilidade econômica das empresas”.

De acordo com Lira, “os setores e as empresas ficaram de entregar as suas demandas, um raio X mais apropriado da situação, o que está levando a isso (*cancelamentos*)”. Duarte Jr. disse que Lira se comprometeu também a realizar reuniões com entidades de defesa do consumidor.

Informação incerta
Relator de projeto chegou
a dizer que medida seria
retroativa, o que as
empresas negaram

“Em reunião realizada com integrantes do setor, acordamos que eles suspenderão os cancelamentos recentes”

“As partes discutirão alternativas em que sejam preservados os interesses dos usuários e a sustentabilidade econômica das empresas”

Arthur Lira

na “cancelamentos recentes”. A FenaSaúde não comentou.

Lira foi indagado sobre os detalhes do acordo ao chegar à Câmara à tarde, mas não esclareceu todas as dúvidas. “A Amil e a Unimed fizeram ação de suspender o cancelamento unilateral dos contratos coletivos e outras situações que foram geradas, para que nós possamos sentar à mesa e estabelecermos os critérios para, ouvindo o setor e ouvindo também o outro lado, a gente possa chegar a um texto equilibrado que possa resolver ou dirimir esses problemas que afetam a todos”, disse o presidente da Câmara, referindo-se ao texto do projeto de lei 7.419/2006. A

OPERADORAS. De acordo com a FenaSaúde, foram debatidos também na reunião com Lira “problemas que afetam a sustentabilidade dos planos, como a aprovação da lei que passou a considerar exemplificativo o rol de procedimentos da ANS, o estabelecimento de coberturas ilimitadas para terapias e a ocorrência de fraudes”.

O presidente da Abramge disse que a reunião convocada pelo presidente da Câmara “foi uma evidência de que o melhor caminho para solucionar os desafios do acesso à saúde suplementar no Brasil é o diálogo entre o setor, a sociedade e as autoridades públicas”. ● COLA

BOROU IANDER PORCELLA

IDH da pandemia expõe diferenças regionais no País

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil caiu na pandemia de covid-19, e a queda não se deu de forma homogênea entre os municípios e Estados. Relatório divulgado ontem pelo Programa das Na-

ções Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revela que o IDH Municipal (IDHM) caiu em todo Estado do País entre 2019 e 2021, mas alguns conseguiram minimizar os danos sem ser, necessariamente, os

com maior recurso financeiro.

O Estado com pior IDHM no País até a pandemia, Maranhão, teve queda no índice inferior à do Distrito Federal, considerado muito desenvolvido (-2,6% e -5,2%, respectiva-

mente). Segundo o representante do PNUD no Brasil, Claudio Provida, houve boa gestão do Maranhão sobre a crise. Alagoas e Sergipe tiveram o melhor desempenho, com baixa de apenas 0,4%. Já Amapá e Roraima tiveram as piores quedas, de 6,6% e 6,7%, respectivamente. Dos seis Estados com

IDH considerado “muito alto” em 2019, só dois mantiveram o posto: São Paulo e Distrito Federal. Considerando o IDHM brasileiro total, houve progresso de 5,2% de 2012 a 2019, mas queda de 2,4% de 2019 a 2021. O País fechou 2021 com IDHM de 0,766, valor só 2,7% maior que em 2012. ● GIOVANNA CASTRO